

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM SOCIOLOGIA POLÍTICA**

Elisete Gesser Della Giustina Dacoregio

**UM NOVO MODO DE SER E DE VIVER: AS RELAÇÕES
MATERIAIS E SIMBÓLICAS DA IGREJA CATÓLICA COM OS
MINI-PROJETOS ALTERNATIVOS E A ECONOMIA
SOLIDÁRIA, EM CHAPECÓ/SC**

Florianópolis

2010

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM SOCIOLOGIA POLÍTICA**

Elisete Gesser Della Giustina Dacoregio

**UM NOVO MODO DE SER E DE VIVER: AS RELAÇÕES
MATERIAIS E SIMBÓLICAS DA IGREJA CATÓLICA COM OS
MINI-PROJETOS ALTERNATIVOS E A ECONOMIA
SOLIDÁRIA, EM CHAPECÓ/SC**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora como requisito parcial para obtenção do título de Mestre junto ao programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina, sob orientação do Prof. Dr. Carlos Eduardo Sell.

Florianópolis

2010

Para Jair pelo amor, auxílio e compreensão,
imprescindíveis na realização deste estudo
e para minha filha, pequena e grande Luiza,
que um dia vai compreender o porquê
de alguém estudar sociologia política.

AGRADECIMENTOS

A todos que contribuíram para a realização deste trabalho, em especial minha família e ao Prof. Dr. Carlos Eduardo Sell, orientador deste trabalho, e aos que qualificam a economia solidária na sua prática diária.

Toca pra Frente

(Dom José Gomes)

RESUMO

A Igreja Católica, desde meados dos anos 70 e 80, inspirada pela teologia da libertação, tem atuado como motivadora e articuladora de movimentos sociais e de mobilizações populares no Brasil. Longe de encerrar-se, esta atuação vem passando por continuidades e transformações. Nos últimos anos algumas pastorais e organismos da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) voltaram a priorizar o trabalho de base contribuindo na formação e constituição de grupos de geração de trabalho e renda que podem ser consideradas sementes do que hoje é chamada de economia solidária. Dos trabalhos apoiados pela Igreja Católica em Santa Catarina merecem destaque os Mini-Projetos Alternativos (MPAS), coordenados pela CNBB – Regional Sul IV. A pesquisa buscou investigar as relações materiais e simbólicas da Igreja Católica com os Mini-Projetos Alternativos e a economia solidária, em Chapecó, no período de 1989-2005. Adotou-se a teoria sociológica habermasiana, buscando mostrar que o trabalho do catolicismo da libertação possui uma dimensão instrumental (aportes financeiros e organizacionais) e, acima de tudo, uma dimensão comunicativa, qual seja, envolvendo fatores de ordem simbólica e motivacional. A metodologia é composta por procedimentos da pesquisa quantitativa, análise documental, e a qualitativa, realizada através da pesquisa de campo tendo o método da entrevista semi-estruturada como instrumento de observação. O estudo revelou que as experiências apoiadas pela Igreja Católica apresentam uma possibilidade de uma racionalidade comunicativa, pois são iniciativas, que se pretendem ser distintas propondo-se, ainda que seja em pequena escala, uma sociedade melhor, mais justa e solidária. Evidenciou-se assim, a intenção de uma nova forma de convivência fundamentada nos valores simbólicos que são expressos através da prática da solidariedade, na cooperação, auto-gestão, respeito à natureza, promoção da dignidade e valorização do trabalho humano.

Palavras-chave: Igreja Católica. Mini-Projetos Alternativos. Geração de trabalho e renda. Economia solidária. Solidariedade.

ABSTRACT

Since around the seventies and eighties, inspired by the liberation theology, the Catholic Church has worked as motivator and articulator of social movements and popular mobilizations in Brazil. Far from coming to a close, this approach continues and has been going through transformation. In the last years some pastorals and organisms of CNBB (Brazilian bishops' conference) started again to prioritize work on base communities, contributing towards shaping and bringing about groups to generate work and income, which may be considered seeds of so-called solidarity economy. Among the initiatives supported by the Catholic Church in Santa Catarina, the MPAS (Alternative Mini Projects) coordinated by CNBB – Regional Sul IV (CNBB – Southern Region IV) stand out. The research tried to investigate the Catholic Church's material and symbolic relationships with the MPAS and solidarity economy, in Chapeco, during the period from 1989 to 2005. It was adopted the Habermas's technique, trying to show that the liberation catholic approach bears an instrumental dimension (financial and organizational apportions) and, above all, a communicative dimension, meaning that it involves factors of symbolic and motivational order. The methodology is made of quantitative research procedures, document analysis, and the qualitative, made of field research through semi-structured interview as instrument of observation. The research revealed that the experiments supported by the Catholic Church present a possibility of a communication rationality, since they are initiatives intending to be distinctive and proposing, even if in a small scale, a fairer, solidary and better society. This way it became evident the intention of a new approach to lifesharing based in the symbolic values expressed through solidarity, cooperation, self management, respect to nature, promotion of dignity and appreciation of human labor.

Key words: Catholic Church. Mini Alternative Projects. Work and income generation. Solidarity economy. Solidarity.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	Sociedade segundo Habermas	35
Figura 2 –	Modernização societária (sistema).....	37
Figura 3 –	Estrutura do FBES	90
Figura 4 –	Logotipo da rede da ES em SC.....	95
Figura 5 –	Abrangência do FCES	98
Figura 6 –	Mapa das dioceses do Regional Sul IV.....	104
Figura 7 –	Problemas que atingem a sociedade catarinense.....	106
Figura 8 –	Logotipo dos Mini-Projetos Alternativos	116
Figura 9 –	Distribuição por tipo de MPAS	118
Figura 10 –	Capa de material informativo dos MPAS	121
Figura 11 –	Mini-projetos aprovados no período 1989-2001.....	124
Figura 12 –	Distribuição dos projetos por períodos	128
Figura 13 –	Trajetória dos MPAS	129
Figura 14 –	O salto dos MPAS	137
Figura 15 –	Municípios da diocese de Chapecó.....	140
Figura 16 –	Distribuição de projetos por período.....	153
Figura 17 –	Mapa dos empreendimentos de economia solidária na Diocese de Chapecó.....	166
Figura 18 –	Empreendimentos na cidade de Chapecó, por atividade	167

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Número de projetos aprovados por diocese.....	117
Tabela 2 – Devolução para o Fundo Rotativo	131

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANTEAG – Associação Nacional dos Trabalhadores e Empresas de Autogestão e Participação Acionária
CEBs – Comunidades Eclesiais de Base
CF – Campanha da Fraternidade
CIMI – Nacional do Conselho Indigenista Missionário
CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
DSI – Doutrina Social da Igreja
EES – Empreendimentos Econômicos Solidários
EPS – Economia Popular Solidária
ES – Economia Solidária
FBES – Fórum Brasileiro de Economia Solidária
FCES – Fórum Catarinense de Economia Solidária
FSM – Fórum Social Mundial
GT – Grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária
ITCP – Incubadora Tecnológica de Cooperativas populares
JUC – Juventude Universitária Católica Brasileira
MAB – O Movimento dos Atingidos por Barragens
MMC – Movimento de Mulheres Camponesas
MPA – Movimento de Pequenos Agricultores
MPAS – Mini Projetos Alternativos
MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego
PACs – Projetos Alternativos Comunitários
SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária
SIES – Sistema de Informações em Economia Solidária

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	25
1 MODERNIDADE E CATOLICISMO NO BRASIL	31
1.1 HABERMAS E A MODERNIDADE	31
1.2 O CATOLICISMO DA LIBERTAÇÃO NO BRASIL	42
1.2.1 Doutrina Social da Igreja	43
1.2.2 Igreja e questão social na América Latina	48
1.2.3 Teologia da Libertação	51
1.3 OS GRUPOS DE GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA APOIADOS PELA IGREJA CATÓLICA	54
2 ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL	63
2.1 PRIMÓRDIOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA	63
2.2 DO CONCEITO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA	67
2.3 A PESQUISA SOBRE ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL	73
2.4 A ARTICULAÇÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL	75
2.4.1 A Secretaria Nacional de Economia Solidária	75
2.4.2 Os empreendimentos de economia solidária no Brasil	77
2.5 A REDE DE ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL: O MOVIMENTO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL E SEUS PRINCIPAIS ATORES	80
2.5.1 Organização	81
2.6 O FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA....	86
2.7 REDE DE ECONOMIA SOLIDÁRIA EM SANTA CATARINA: FÓRUM CATARINENSE DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (FCES).....	92
3 DOS MPAS À ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA ...	103
3.1 A CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL – REGIONAL SUL IV (CNBB – REG. SUL IV): ORGANIZAÇÃO CATÓLICA EM SANTA CATARINA	103
3.2 A CÁRITAS BRASILEIRA: SOLIDARIEDADE PELA VIDA	107
3.2.1 A criação da Cáritas Brasileira	107
3.2.2 Uma história marcada pela mobilização social	108
3.2.3 Cáritas Brasileira – 30 anos de Economia Popular Solidária	110
3.3 AS PRIMEIRAS SEMENTES DA ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA: A EXPERIÊNCIA DOS MINI-PROJETOS ALTERNATIVOS EM SC.....	115

3.3.1	Como nasceram os MPAS.....	115
3.3.2	Os 16 anos dos MPAS.....	116
3.3.2.1	O primeiro convênio (1989-1994).....	116
3.3.2.2	O segundo convênio (1994-1997).....	120
3.3.2.3	O terceiro convênio (1998-2001).....	123
3.3.2.4	O quarto convênio (2002-2005).....	126
3.3.2.5	O Fundo Rotativo.....	129
3.4	NOVOS TEMPOS: OS MPAS E A CÁRITAS BRASILEIRA REGIONAL SANTA CATARINA.....	132
3.5	OS MPAS E SUA ARTICULAÇÃO COM A REDE DE ECONOMIA SOLIDÁRIA EM SC.....	133
4	A DIOCESE DE CHAPECÓ: OS MPAS E AS PRIMEIRAS EXPERIÊNCIAS DE ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIAS.....	139
4.1	A DIOCESE DE CHAPECÓ.....	139
4.2	PALAVRAS DE ESPERANÇA: A MARCA REGISTRADA DE DOM JOSÉ GOMES.....	142
4.3	O TRABALHO DA IRMÃ ALMIRA MIÔR.....	149
4.4	OS MINI-PROJETOS ALTERNATIVOS NA DIOCESE DE CHAPECÓ.....	152
4.5	OS MPAS E A ECONOMIA SOLIDÁRIA.....	172
5	UMA ECONOMIA COM NOVOS VALORES: EXPERIÊNCIAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA EM CHAPECÓ.....	165
5.1	METODOLOGIA.....	165
5.2	O RETRATO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO OESTE CATARINENSE.....	166
5.2.1	Os empreendimentos de economia solidária.....	167
5.2.2	Os empreendimentos de economia solidária na cidade de Chapecó.....	168
5.2.3	Empreendimentos na cidade de Chapecó por atividade.....	168
5.2.4	Entidades de apoio.....	169
5.2.5	O Fórum regional de economia solidária.....	169
5.2.6	Centro Público de economia solidária.....	171
5.3	BUSCANDO COMPREENDER AS EXPERIÊNCIAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA: APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DAS ENTREVISTAS.....	172
5.3.1	Trajatória pessoal e política no trabalho da economia solidária.....	172
5.3.2	As motivações para o surgimento do empreendimento....	175
5.3.3	As parceiras: redes de apoio.....	177

5.3.4	Experiência de fé comprometida: relação entre militância e a espiritualidade	180
5.3.5	A prática da economia solidária	182
5.3.6	Troca de experiências: redes solidárias	184
5.3.7	A participação para além do empreendimento: a articulação com movimentos sociais.....	186
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	189
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	195
	ANEXOS:	
	ANEXO A – CARACTERIZAÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS E ENTIDADES ENTREVISTADAS	211
	ANEXO B – LISTA DOS PROJETOS APROVADOS NA DIOCESE DE CHAPECÓ NO PERÍODO DE 1989-2005 ..	214

INTRODUÇÃO

Vivemos numa sociedade marcada por um sistema capitalista que estabelece um determinado modo de vida, de consumo e de desenvolvimento. Prevalece à lógica do lucro, do crescimento econômico na ótica dos interesses de quem detém o poder, em detrimento do desenvolvimento local sustentável. A sociedade atual globalizada é marcada pela mundialização da produção, do consumo, da cultura, pela superação das barreiras geográficas trazidas pelos avanços nos meios de comunicação e descobertas tecnológicas, bem como, também é caracterizada pelo impacto negativo na vida cotidiana das pessoas, caracterizando-se pelo desemprego, subemprego, pelo empobrecimento, pela exclusão no uso-fruto da riqueza produzida, exclusão no acesso às informações, exclusão aos direitos sociais.

Nossa sociedade passou por profundas alterações nestas últimas décadas, o que produziu importantes modificações nas formas de agir, pensar e ser das pessoas. Estas mudanças apresentam um novo conjunto de oportunidades e de desafios que precisam ser compreendidos. As preocupações com o momento atual vêm indicando os desafios para o novo milênio, dentre os quais se podem destacar: igualdade na diversidade; inclusão social; direitos humanos indivisíveis (civis, sociais, econômicos, políticos, culturais e ambientais); a recuperação da dignidade; democracia, dentre outros. A experiência brasileira demonstra que são necessárias novas diretrizes e novas condições de desenvolvimento que atendam os interesses e direitos do conjunto da sociedade.

Diante deste contexto, surgem inúmeras iniciativas da sociedade civil que representam um imenso potencial a ser aproveitado para a implantação de uma sociedade onde aconteça um equilíbrio entre o econômico e o social. Mudanças de atitudes e valores precisam ser adotadas, porém as mudanças não acontecem da noite para o dia.

As iniciativas de geração de trabalho e renda ressurgem com uma das formas de enfrentamento, de reação, de resistência ao empobrecimento da população. São experiências entendidas como um processo que mobiliza pessoas e instituições buscando a transformação da economia e da sociedade local, criando oportunidades de trabalho e de renda, superando dificuldades para favorecer a melhoria das condições de vida da população local. Essas experiências vêm se articulando, principalmente nas últimas décadas, com o apoio de vários atores sociais, como sindicatos, igrejas, organizações populares,

universidades, organizações não-governamentais e órgãos do poder público municipal, estadual e federal. Elas compõem uma categoria conceitual relativamente nova que vem sendo chamada de economia solidária (ES).

A economia solidária é entendida como um conjunto de atividades econômicas organizadas e realizadas solidariamente por trabalhadores sob a forma de auto-gestão, cooperação, solidariedade e sustentabilidade econômica. No Brasil compreende uma diversidade de práticas econômicas e sociais organizadas sob a forma de cooperativas, associações, empresas autogestionárias, redes de cooperação, complexos cooperativos, organizações coletivas supra familiares, entre outros, que realizam atividades de produção de bens de consumo, prestação de serviços, finanças solidárias, trocas, comércio justo e consumo solidário.

Segundo Singer (1997, p.10), “a economia solidária compreende todas as formas de organizar a produção, a distribuição e o crédito por princípios solidários”.

Essas experiências que vêm se desenvolvendo desde a década de oitenta do século passado são apontadas como uma estratégia de enfrentamento da sociedade civil a crise do mundo do trabalho e ao aumento da exclusão social de grande parcela de trabalhadores. As discussões acerca das iniciativas vinculadas à economia solidária têm crescido nas últimas décadas. Também tem crescido as discussões e pesquisas sobre as entidades denominadas como entidades de apoio, assessoria e fomento da economia solidária. São representadas por universidades, sindicatos, organizações não governamentais, Igrejas, poder público, entre outros.

É nesta perspectiva que se insere este trabalho. Tomando como tema de estudo a Igreja Católica e os Mini-Projetos Alternativos (MPAS) busca-se investigar as relações materiais e simbólicas da Igreja Católica com os Mini-Projetos Alternativos e a economia solidária, em Chapecó, no período de 1989-2005. A pesquisa justifica-se pela necessidade de reflexão sobre o debate da influência do catolicismo no movimento da economia solidária uma vez que vários empreendimentos solidários atuais, cadastrados no Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES), declararam que foram formados com o apoio direto ou sob a influência de pastorais (Pastoral Operária, Pastoral da Juventude, Pastoral da Saúde, Pastorais da Juventude) e organismos católicos (Cáritas e Comissão Pastoral da Terra). Destacando-se neste leque de projetos apoiados o trabalho da Cáritas Brasileira, com os Projetos Alternativos Comunitários, que foram surgindo no final da

década de 80. Estes projetos, segundo a entidade, aos poucos foram indicando caminhos e alternativas que envolviam a participação, a autonomia, a geração de novas relações sociais, a organização política. Um novo modelo que incluía a solidariedade e que foram denominados de economia popular solidária.¹

Em Santa Catarina (SC) este trabalho iniciou em 1989 com um projeto da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) - Regional Sul IV, que compreende o estado de SC, intitulado de Mini-Projetos Alternativos. O projeto iniciou como um trabalho de apoio a pequenas iniciativas comunitárias de geração de trabalho e renda e educação/formação popular. Atualmente este trabalho está integrado à Cáritas Brasileira Regional Santa Catarina, criada em fevereiro de 2005.

Esta dissertação parte das seguintes hipóteses: a) se a economia solidária é um movimento que tem um de seus sustentáculos na militância nascida no que se costumava chamar de igreja popular em decorrência da Teologia da Libertação, então os empreendimentos de ES da cidade de Chapecó, tem como força motivadora o trabalho dos MPAS da Igreja Católica. (b) Se a Teologia da Libertação teve um significado importante na Diocese de Chapecó então os grupos de ES se constituíram apoiados no trabalho desenvolvido pela Igreja Católica.

As questões que nortearam este trabalho foram: a) qual o peso organizacional, material e institucional da Igreja Católica através dos mini-projetos alternativos? b) qual o peso simbólico e discursivo da Teologia da Libertação na motivação e sentido conferido aos agentes dos MPAS ao seu trabalho social? c) qual a relação e papel dos aportes institucionais e simbólicos da CNBB em relação aos MPAS de Chapecó?

A justificativa da escolha da diocese de Chapecó, e especificamente da cidade de Chapecó, como objeto de estudo deve-se a dois aspectos. O primeiro devido à região apresentar um histórico de grande mobilização popular e ser apontada como berço de movimentos sociais de referência em nosso país. Outro aspecto que justifica a escolha da diocese de Chapecó e da cidade de Chapecó são os seus dados sobre a economia solidária: a diocese conta com 202 empreendimentos de economia solidária dos 690 mapeados no estado de SC; a cidade apresenta 45 empreendimentos de economia solidária e 12

¹ O termo economia popular solidária foi adotado pela Cáritas Brasileira, uma das instituições pioneira no apoio a grupos de geração de trabalho e renda, que justifica o termo popular por sua opção de trabalho com os chamados excluídos do mercado de trabalho, em outras palavras, os mais pobres da sociedade.

entidades de apoio, a rede de economia solidária está articulada em um fórum regional e ainda conta com um centro público de referência da economia solidária.

Em termos metodológicos, a pesquisa adotou os procedimentos da pesquisa quantitativa e a qualitativa. A pesquisa quantitativa refere-se à análise documental, através dos registros em documentos e materiais da CNBB, da diocese de Chapecó, da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), entre outros. A pesquisa qualitativa foi realizada através da pesquisa de campo tendo o método da entrevista semi-estruturada como instrumento de observação.

Importante esclarecer que a autora deste estudo era membro integrante da equipe executiva dos MPAS, em âmbito estadual, desde 1989 até 2005, quando este trabalho foi assumido pela Cáritas Brasileira Regional Santa Catarina. Esta atuação efetiva junto à Igreja Católica, aos MPAS e, bem como, da rede de economia solidária no Brasil e SC teve influência na escolha do tema. Porém por entender que esta relação de proximidade e identificação com os grupos apoiados e com os possíveis entrevistados não contribuiria com a pesquisa, optou-se pelo distanciamento e pela maior objetividade possível. Esta opção tornou-se importante para cumprir com as exigências de uma pesquisa científica onde o cientista deve ser fiel ao objeto na interpretação dos resultados.

O trabalho está dividido em cinco capítulos. O primeiro capítulo elucida as referências teóricas centrais do trabalho. Primeiramente, procura demonstrar como Habermas apresenta sua crítica à sociedade contemporânea. Depois, apresenta a atuação da Igreja através da uma memória histórica da Doutrina Social da Igreja (DSI) destacando em todos os documentos a idéia central e em seguida, a atuação da Igreja na América Latina que sob o impulso da Teologia da Libertação, apoiou iniciativas de organização comunitária e abriu espaços para que homens e mulheres pudessem construir novas formas de organização social, tendo como fundamento o bem comum, a subsidiariedade e a solidariedade. E no final, um histórico sobre os grupos de trabalho e renda apoiados pela Igreja Católica.

O segundo capítulo apresenta um breve estudo acerca das origens e do desenvolvimento da economia solidária no Brasil com o intuito de situar este fenômeno social. O capítulo salienta, ainda, a experiência em rede desenvolvida pelos segmentos da economia solidária.

O terceiro capítulo descreve, em linhas gerais, o histórico da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – Regional Sul IV, a trajetória da Cáritas Brasileira com um enfoque na sua atuação junto à

organização dos grupos de trabalho e renda e dos Mini-Projetos Alternativos no estado de Santa Catarina.

O quarto capítulo apresenta um breve histórico da Diocese de Chapecó com destaque para o trabalho de duas lideranças religiosas consideradas como fundamentais para a criação dos movimentos sociais e da economia solidária no oeste catarinense e em seguida, o histórico do MPAS nesta diocese e a articulação destes grupos com a economia solidária.

Por fim, no quinto e último capítulo, apresenta e discute os resultados da pesquisa e teve como base as questões norteadoras e os objetivos da mesma.

As considerações finais sobre o tema da pesquisa e as referências bibliográficas utilizadas compõem a parte final desta dissertação.

1 MODERNIDADE E CATOLICISMO NO BRASIL

O objetivo deste capítulo é elucidar alguns dos aspectos teóricos desenvolvidos por Habermas, que servirão como recurso analítico central deste trabalho. Primeiramente, procuraremos demonstrar como Habermas apresenta sua crítica à sociedade contemporânea. Depois, falaremos da atuação da Igreja que, sob o impulso da Teologia da Libertação, apoiou e continua apoiando iniciativas de organização comunitária e abriu espaços para que homens e mulheres pudessem construir novas formas de organização social, tendo como fundamento o bem comum, a subsidiariedade e a solidariedade.

1.1 HABERMAS E A MODERNIDADE

Segundo Sell (2006, p. 230) “o termo modernidade pode ser descrito, hoje, como um dos conceitos essenciais da sociologia.” Sob certo aspecto, ele substitui conceitos que também já nortearam, a ciência do social, como “capitalismo” ou “sociedade industrial”. Por esta razão, os sentidos dados à palavra modernidade são muito variados. Não obstante, a noção que permeia a maioria das definições poderia ser traduzida na seguinte proposição: a modernidade é um projeto de organização da sociedade a partir do esforço racional de construção humana. O eixo da modernidade é a organização da vida social a partir de um novo princípio: a “razão”.

O termo modernidade é também fruto de muitos questionamentos. De acordo com Sell (2006, p. 231) teóricos sociais e filósofos como Jean François Lyotard (1988), Jacques Derrida (1973), Michel Foucault (1988), Vattimo (1996), Boaventura de Souza Santos (1997), Zigmunt Baumann (1999) e outros apontam para o esgotamento da modernidade. Eles decretam o fim da era moderna diante do fracasso da razão iluminista para construir uma sociedade supostamente livre e emancipada. Para estes pensadores estamos em uma nova etapa da vida social a “pós modernidade”. Outros teóricos sociais como Jürgen Habermas (1985), Anthony Giddens (1991), Ulrich Beck (1997), Alain Touraine (1995) e outros discordam e para estes o processo de autoquestionamento da modernidade não indica que nos deslocamos para além do horizonte moderno. As transformações da modernidade não conduzem ao seu fim, mas a uma relação mais crítica e consciente com o projeto racionalista moderno. Assim, preferem falar de uma segunda modernidade, ou modernidade tardia, alta modernidade, modernização reflexiva e outros mais.

De acordo com Giddens (1991, p. 11), a modernidade refere-se a “estilo, costume de vida ou organização social que emergiram na Europa a partir do século XVII e que anteriormente se tornaram mais ou menos mundiais em sua influência”. Já para Touraine (1992, p. 21 e 22) a modernidade: “[...] não é mudança pura, sucessão de acontecimentos; ela é a difusão dos produtos da atividade racional, científica, tecnológica e administrativa... A idéia de modernidade está, portanto, estreitamente associada a idéia de racionalização”. De acordo com Touraine (1992, p. 242), hoje, a face mais visível da modernidade é a do vazio, de uma economia fluida, de um poder sem centro, sociedade de trocas muito mais do que de produção. Numa palavra, a imagem da sociedade moderna é a de uma sociedade sem agentes.

Diante deste cenário o pensamento de Jürgen Habermas¹ é importante para a compreensão da modernidade e para pensar em alternativas de mudança. Habermas destaca que a modernidade não pode mais extrair seus padrões orientadores dos modelos de outras épocas. A modernidade descobre que depende exclusivamente dela própria, ela tem que extrair sua normatividade de si mesma. Defende a tese fundamental segundo a qual a ciência e a técnica, respectivamente, aquilo que denominamos a racionalidade instrumental, assumem hoje, a função de legitimar a dominação:

para Habermas as formas novas de alienação e violência são resultados da expansão do sistema econômico capitalista e do sistema burocrático

¹ Sociólogo e filósofo alemão, nasceu em 1929. Graduiu-se com o trabalho "O Absoluto e a História", sobre Schelling. Até 1959, foi assistente de Theodor W. Adorno durante cinco anos na chamada Escola de Frankfurt, conhecida por desenvolver uma "teoria crítica da sociedade", integrando a reflexão filosófica com a sociologia. Lecionou filosofia Heidelberg e na Universidade de Frankfurt. Mudou-se para Nova York em 1968 e tornou-se professor da New York School for Social Research. Em 1972, transferiu-se para Starnberg, assumindo a direção do Instituto Max-Planck e, em 1983, voltou a lecionar na Universidade de Frankfurt. Suas publicações iniciam-se em 1961 com a famosa obra "Entre a Filosofia e a Ciência - O Marxismo como Crítica", inserida em "O estudante e a Política". Também destacam-se entre as obras e os artigos publicados na década de 1960: "Evolução Estrutural da Vida Pública", "Teoria e Práxis", "Lógica das Ciências Sociais", "Técnica e Ciência como Ideologia" e "Conhecimento e Interesse". A obra que é considerada sua obra mais importante é "Teoria da Ação Comunicativa", de 1981, onde Habermas apresenta uma nova visão a respeito das relações entre a linguagem e a sociedade. O principal eixo das discussões do filósofo é a crítica ao tecnicismo e ao cientificismo que, a seu ver, reduzem todo o conhecimento humano ao domínio da técnica e modelo das ciências empíricas, limitando o campo de atuação da razão humana ao conhecimento objetivo e prático.

moderno de modo que estes sistemas invadem outros âmbitos da sociedade, ou seja, o sistema econômico, chamado por Habermas de sistema do dinheiro e o sistema estatal-burocrático, chamado de sistema de poder, invadem o chamado mundo da vida (isto é: a esfera privada: família, relações de amizade e de vizinhança...) e a esfera pública: constituída de instituições e discussões culturais e políticas). (FREITAG, 2005, p. 163)

Segundo este pensador, a alienação e a violência refletem precisamente a modernidade capitalista, possibilitando conhecer os efeitos "colonizadores" da lógica do poder e do dinheiro. Pensar uma nova racionalidade surge como proposta ao paradigma da modernidade. O que impera na modernidade é o purismo da razão. Para Habermas, tal modelo de razão tenderá a uma auto-destruição, pois é contrária à própria origem da razão. De acordo com Habermas (2006, p. 45):

a racionalização progressiva da sociedade depende da institucionalização do progresso científico e técnico. Na medida em que a técnica e a ciência invadem as esferas institucionais da sociedade e transformam assim as próprias instituições, desmoramam-se as antigas legitimações.

Para a superação da sociedade marcada pela dominação, pela razão técnica, Habermas defende:

as virtudes libertadoras de um estado ideal de sociedade de comunicação pura e perfeita, situação de interação através do diálogo, onde não haveria dominação. Este ideal constitui uma alternativa às outras formas de atividade (instrumental, estratégica) que, comandadas pela única esperança do sucesso, contribuam para a perda do poder regulador próprio da tradição, dos costumes, dos valores. (LALLEMENT, 2004, p. 217)

No centro da teoria sociológica de Habermas está a distinção entre “sistema” e “mundo da vida”. Estes espaços são regidos por lógicas diferenciadas: racionalidade instrumental e a racionalidade

comunicativa. A distinção entre sistema e mundo da vida representa uma diferenciação interna da sociedade (característico da modernidade) que ocorre entre as esferas da reprodução material e simbólica. A proposta habermasiana de modernidade busca vencer as patologias dos tempos modernos: a colonização do mundo da vida. A proposta apresenta um projeto normativo de integração entre sistema e mundo da vida.

A teoria da modernidade de Habermas defende a modernidade enquanto um projeto de sociedade em face destas transformações. Recuperar a modernidade significa a inclusão de um novo conceito de razão, a razão comunicativa, que é também um novo conceito de sociedade. Habermas critica as teorias da modernidade produzida pela sociologia, pois estas em geral quando falam em modernidade referem-se apenas ao processo de modernização e racionalização que ocorreu no sistema (Estado e Economia) e excluem da análise o processo de modernização do mundo da vida.

Para Habermas a sociedade se apresenta em um modelo tripartite, entre sociedade civil, Estado e mercado. Esse modelo apresenta certa autonomia entre as partes, o que caracterizaria, portanto, lógicas diferenciadas entre o mundo da vida (sociedade civil) e sistema (Estado e mercado). A figura a seguir ajuda a compreender a organização social segundo os conceitos de Habermas.

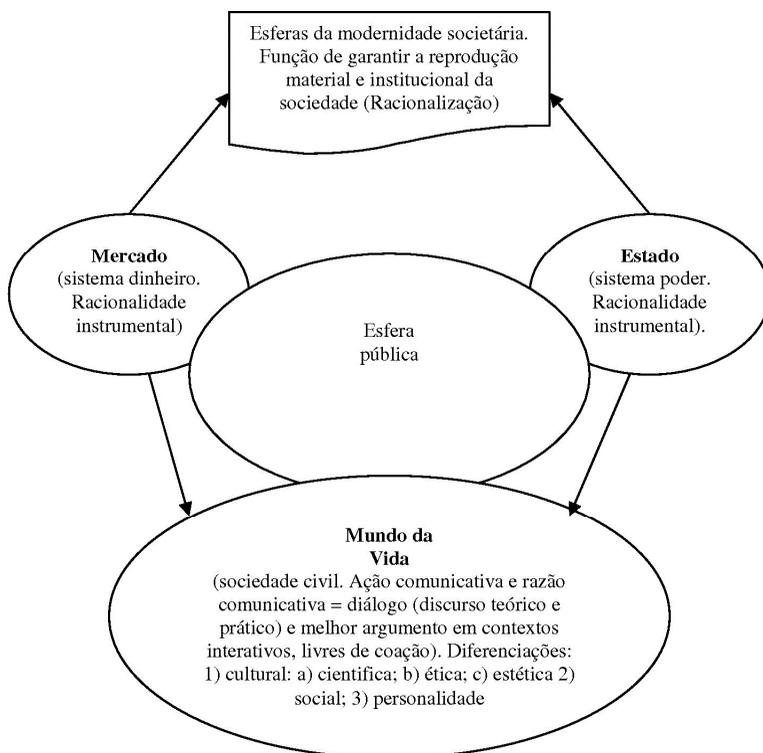


Figura 1 – Sociedade segundo Habermas

(Elaboração: Ramon Russo, Marcos Aurélio, Marília Luiz David e Elisete Gesser Della Giustina Dacoregio)

O sistema diz respeito às esferas que garantem a reprodução material da sociedade (economia e Estado), complementando o mundo da vida. O sistema é regido pela razão instrumental e é um espaço onde a linguagem fica em segundo plano. A razão instrumental (poder e dinheiro) exerce a dominação. Segundo Habermas (2006, p. 49) a dominação:

eterniza-se e amplia-se não só mediante a tecnologia, mas como tecnologia; e esta proporciona a grande legitimação ao poder político expansivo, que assume em si todas as

esferas da cultura. Neste universo, a tecnologia proporciona igualmente a grande racionalização da falta de liberdade do homem e demonstra a impossibilidade “técnica” de ser autônomo, de determinar pessoalmente a sua vida.

Como descreve Freitag (2005, p. 165), “o conceito de sistema adota a perspectiva do observador externo à sociedade complementando o conceito de mundo vivido”. Com o auxílio desse conceito é possível descrever aquelas estruturas societárias que asseguram a reprodução material e institucional da sociedade, que desenvolveram certos mecanismos auto-reguladores: o dinheiro e o poder que asseguram a integração sistêmica. Neste âmbito predomina a ação instrumental ou estratégica.

Para Habermas, o mundo da vida seria composto por três componentes estruturais, a cultura, a sociedade e a personalidade, que permitem aos atores por meio de processos comunicativos partilharem uma tradição cultural, que é reconhecida de forma subjetiva por cada participante, formando identidades individuais e sociais. Estes subsistemas são regulados por mecanismos de integração social, socialização e aprendizado. Tais subsistemas são regulados pela ação comunicativa:

o mundo vivido constitui o espaço social em que a ação comunicativa permite a realização da razão comunicativa calçada no diálogo e na força do melhor argumento em contextos interativos, livre de coação”. (FREITAG, 2005, p. 165)

Os três componentes estruturais do mundo da vida (a sociedade, a cultura e a personalidade) são recursos para os processos comunicativos (são os saberes partilhados que não são questionados), ao mesmo tempo em que os processos comunicativos os reproduzem. Ou seja, existe um movimento circular entre o mundo da vida e ação comunicativa. No entanto, um componente do mundo da vida que passa a ser tematizado na ação comunicativa pode voltar transformado. Isso acontece quando sua validade é questionada.

Para compreender este processo Habermas utiliza o conceito de colonização do mundo da vida – que em síntese significa que o sistema invade e coloniza o mundo da vida. A colonização designa precisamente a dominação crescente do sistema sobre o mundo da vida. Mediante a

dupla regulação – econômica e administrativa – a colonização abrange tanto a esfera pública como a esfera privada. A figura abaixo ajuda-nos a entender este processo:

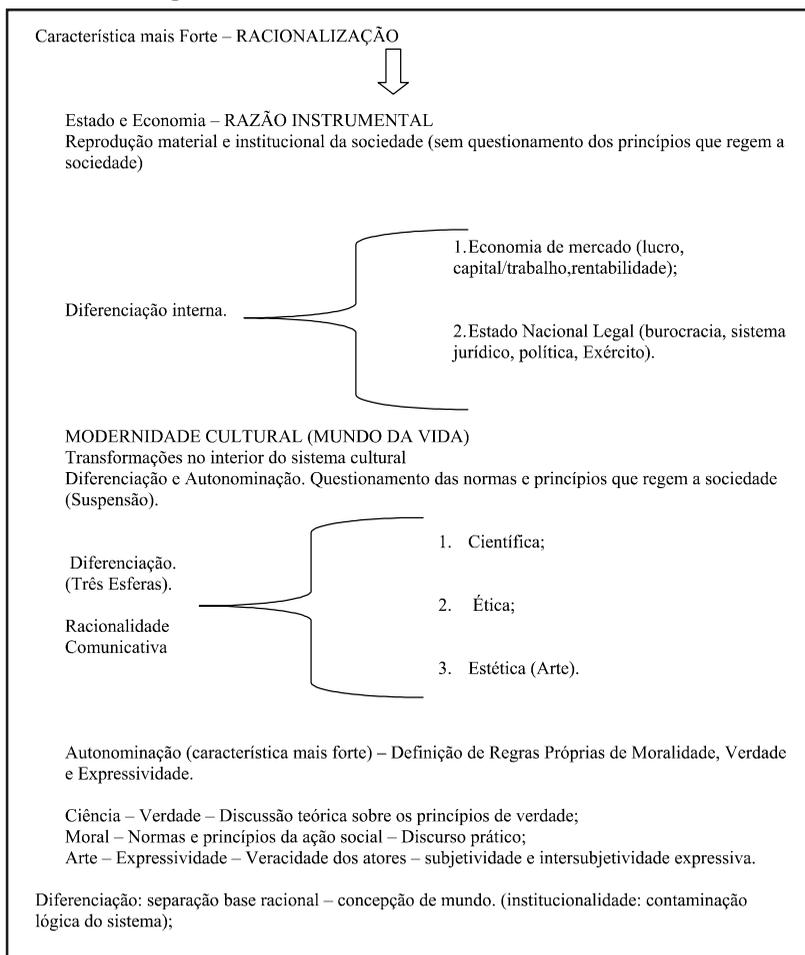


Figura 2 – Modernização societária (sistema)

(Elaboração: Ramon Russo, Marcos Aurélio, Marília Luiz David e Elisete Gesser Della Giustina Dacoregio)

Assim, o mundo da vida habermasiano se apresenta com um espaço social idealizado, onde não há desigualdade, opressão, poder e

hierarquias, todos são livres e estão em iguais condições para a construção de “vontade geral” por meio da ação comunicativa. Quando o mundo da vida apresenta alguma distorção em relação a essas características é porque sofreu influências externas do sistema, que o pressionou e o modificou.

Nesse sentido, Habermas esclarece que

as informações de natureza estritamente científico-natural só podem entrar num mundo da vida, por meio da sua utilização técnica, como saber tecnológico: prestam-se aqui à ampliação do nosso poder de disposição técnica. Por isso, não se situam no mesmo plano da autocompreensão, que orienta a ação dos grupos sociais. (HABERMAS, 2006, p. 95)

A distinção entre sistema e mundo da vida representa uma diferenciação interna da sociedade (característico da modernidade) que ocorre entre as esferas da reprodução material e simbólica. A proposta de Habermas é pautada na comunicabilidade dos sujeitos tendo a linguagem como mediadora. Fala de ação comunicativa quando os planos de ação dos atores implicados não se coordenam através de um cálculo egocêntrico de resultados, mas mediante atos de entendimento.

Em a “*Técnica e ciência como Ideologia*”, (1969) e em “*A teoria do agir comunicativo*” (1981), Habermas demonstra a existência empírica de uma racionalidade "comunicativa" que não se confundiria com a racionalidade instrumental e sistêmica de Estado e mercado. Nessa linha de pensamento, uma grande contribuição também está na forma como Habermas pensou a ação comunicativa:

Entendo por ação comunicativa uma interação simbolicamente mediada. Ela orienta-se segundo normas de vigência obrigatória que definem as expectativas recíprocas de comportamento e que têm de ser entendidas e reconhecidas, pelos menos, por dois sujeitos agentes. As normas sociais são reforçadas por sanções. O seu sentido objectiva-se na comunicação lingüística quotidiana.” (HABERMAS, 2006, p. 57)

A “expressão agir comunicativo”, segundo este pensador (2002, p. 72), indica aquelas interações sociais para as quais o uso da

linguagem orientado para o entendimento ultrapassa um papel coordenador da ação.

Habermas apresenta uma nova atitude frente à racionalidade. Na obra *Verdade e justificação* (2004), tratando sobre a racionalidade comunicativa, diz o seguinte:

essa racionalidade comunicativa exprime-se na força unificadora da fala orientada ao entendimento mútuo, discurso que assegura aos falantes envolvidos um mundo da vida intersubjetivamente partilhado e, ao mesmo tempo, o horizonte no interior do qual todos podem se referir a um único e mesmo mundo objetivo. O uso comunicativo de expressões lingüísticas não serve apenas para exprimir intenções de um falante, mas também para representar estados de coisas (ou supor sua existência) e estabelecer relações interpessoais com uma segunda pessoa. (HABERMAS, 2004, p. 107)

Tendo em vista estas considerações, fica evidente que o período histórico atual, é a razão sistêmica, instrumental, ou aquilo que Habermas denomina de sistema do dinheiro, e o sistema estatal-burocrático, chamado de sistema poder, está cada vez mais difundido. Isso é perceptível nas práticas sociais engendradas pelo capitalismo. Impõe-se uma drástica redução à razão comunicativa, e verifica-se, o domínio crescente da racionalidade instrumental nas práticas sociais.

A racionalidade comunicativa, segundo Habermas, é a capacidade dos sujeitos interagirem em grupo, mediando seus interesses como iguais, coordenando suas ações através do diálogo sincero, deixando predominar o interesse objetivo do grupo. Sustenta que os seres humanos continuam a necessitar do entendimento mútuo e a manter uns com os outros uma certa relação dialógica.

[...] defendo o conteúdo racional de uma moral baseada no mesmo respeito por todos e na responsabilidade solidária geral de cada um pelo outro. A desconfiança moderna diante de um universalismo que, sem nenhuma cerimônia, a todos assimila e igual a não entende o sentido dessa moral e, no ardor da batalha, faz

desaparecer a estrutura relacional da alteridade e da diferença, que vem sendo validada por um universalismo bem entendido.” (HABERMAS, 2007, p. 07)

Hoje vivemos o tempo em que realidade e ficção se misturam em uma crise de sentido e somos todos responsáveis em dar uma resposta de compreensão e de superação desta crise.

Assim o pensamento de Habermas continua a ter toda atualidade e sua importância mantêm-se em vários domínios. Pode ser pensado no campo do direito, da filosofia política, entre outros. Porém neste trabalho será considerado a sua importância em dois domínios: no plano da ética e na sua medição no campo de técnica ao defender que há limites metafísicos ou éticos na utilização da técnica no sentido de buscar elementos teóricos que se aproximam com a criação de condições de superação.

Para Habermas e demais filósofos da Teoria Crítica², a razão tem sido instrumentalizada com o fim de obter benefícios deixando de lado o âmbito do saber. A razão foi reduzida a uma razão prática e utilitária. Desta forma, nossa cultura tornou-se uma cultura do consumo, robotizada e mecanizada. Estes filósofos consideram a racionalidade ocidental como instrumentalização da razão.

A razão instrumental nasce quando o sujeito do conhecimento toma a decisão de que conhecer é dominar e controlar a natureza e os seres humanos. Na medida em que razão se torna instrumental, a ciência vai deixando de ser uma forma de acesso aos conhecimentos verdadeiros para tornar-se um instrumento de dominação, poder e exploração.

Percebe-se assim que Habermas oferece uma contribuição significativa para a reflexão sobre a sociedade contemporânea. Ele propõe a volta de uma racionalidade que possibilita a elaboração de uma ética fundamentada no diálogo em contraposição a uma racionalidade instrumental, ligada à técnica e a ciência, onde o modo de agir está ligado à teleologia, ao princípio de meios-fins, onde há evidência de poder subjetivo de um sujeito sobre outro.

Assim pode-se interpretar que Habermas considera a racionalidade instrumental como uma das causas dos problemas sociais

² Habermas tem seu nome associado à Teoria Crítica da escola de Frankfurt, cujos principais representantes são Adorno (1903-1969), Marcuse (1898-1979), Horkheimer (1895-1973) e Benjamin (1892-1940), sendo que em suas obras perpassa a crítica radical à sociedade industrial moderna.

da humanidade, pois sua estrutura de ação gerou no homem contemporâneo formas de sentir, pensar e agir fundamentadas no individualismo, no isolamento, na competição, nos rendimentos econômicos, etc. Esta racionalidade é visível, pois convivemos diariamente com a violência, a miséria, o desemprego e com um sentimento de impotência diante desta situação.

Diante disso, pode-se perguntar: o referencial teórico de Habermas que vislumbra o resgate de uma racionalidade comunicativa em contraposição a uma racionalidade instrumental ajuda a entender as experiências dos MPAS da Igreja Católica como espaços de emergências desta nova racionalidade?

Esta concepção de vida baseada na racionalidade comunicativa traz consigo novas práticas. Desta forma, o estudo sobre as Diretrizes Social da Igreja (DSI) além de contribuir para entender a preocupação da Igreja com os problemas sociais poder ser de extrema ajuda na compreensão do peso simbólico e discursivo da teologia da libertação na motivação aos agentes dos mini-projetos alternativos em seu trabalho social? Isso é o que procuraremos evidenciar no item a seguir.

1.2 O CATOLICISMO DA LIBERTAÇÃO NO BRASIL

Muitas pessoas não entendem por que a Igreja se “envolve” nas questões sociais. Por que a Igreja tem assumido compromissos sociais, como: a reforma agrária junto aos sem terra? A causa indígena na demarcação de suas terras e no respeito à sua cultura? O direito das mulheres se organizarem? O apoio a projetos de geração de trabalho e renda? A discussão dos problemas mais relacionados à vida urbana como, infra-estrutura nas pequenas comunidades de periferia, desemprego e violência?

A Igreja Católica tem uma importante contribuição no campo econômico e social, a partir de sua história e de sua experiência. Buscando entender os grandes problemas emergentes com a modernidade e dos desafios que eles significam para uma convivência justa e pacífica e para a própria sobrevivência da espécie humana, a Igreja Católica desenvolveu sua doutrina social. Esta é definida como um conjunto de princípios de reflexão, critérios de julgamento e diretrizes de ação no campo das questões políticas e socioeconômicas. Porém, a Igreja trata dessas questões sob o ponto de vista ético e moral, não do ponto de vista técnico ou ideológico.

É importante ressaltar que os cristãos entendem que o compromisso social é um pedido, uma exigência do próprio Jesus Cristo. No cristianismo, a prática social fez parte da própria história do Povo de Deus³, no sentido de que Deus ensinou um modo de ser, viver e não apenas de pensar.

Nos últimos cem anos a Igreja tem elucidado seu ensino social. Faz isso através de diversas cartas, documentos e discursos, procurando iluminar a prática das comunidades do mundo inteiro. Assim a Doutrina Social da Igreja é o conjunto de escritos e mensagens – cartas, encíclicas, exortações, pronunciamentos, declarações – que compõem o pensamento das lideranças políticas católicas a respeito da chamada “questão social”. Segundo Brighenti (2007, p. 27), a Doutrina Social da Igreja é:

o conjunto sistemático de princípios de reflexão, critérios de juízo e diretrizes de ação, que o Magistério da Igreja Católica estabelece, fundamentando-se no Evangelho e na reta razão, a partir da análise dos problemas sociais de cada época, a fim de ajudar as pessoas, comunidades e governantes a construir uma sociedade conforme a manifestação do reino de Deus e, portanto, mais autenticamente humana.

A Igreja Católica tem buscado contribuir para a construção de um mundo novo, diferente, melhor. Busca ser parceira na defesa e na promoção dos direitos de todos, especialmente dos pobres, desprezados e excluídos. Alia-se aos que efetivamente estão comprometidos com a justiça, com a inclusão social. Neste sentido, a promoção humana se integra com a evangelização. A partir do patrimônio comum da fé cristã, a Igreja tem convidado todos, a participarem da construção de uma sociedade justa, solidária e sustentável.

Suas funções derivam da tríplice missão ou atividade da Igreja frente à sociedade: anúncio da verdade sobre a dignidade do ser humano e de seus direitos; denúncia das situações de injustiça e, cooperação com as mudanças positivas da sociedade e com o verdadeiro progresso do ser humano.

³ A expressão “Povo de Deus” é um povo de batizados, incessantemente enviado e reunido para existir diante de Deus. Confiados a pastores humanos que zelam pela transmissão do Evangelho. (LACOSTE, 2004, p. 1.419).

1.2.1 Doutrina Social da Igreja

O patrimônio histórico da Doutrina Social da Igreja tem mais de 100 anos e este é composto por doze encíclicas sociais, que vão desde o pontificado de Leão XIII a Bento XVI. Uma forma de compreender este patrimônio é tomar cada encíclica e analisar os temas tratados pelo documento. Entretanto, o objetivo aqui não é fazer uma síntese contextualizada e sim pôr em destaque a idéia central de cada documento, especialmente no que se refere às contribuições que estas oferecem no desenvolvimento de uma sociedade construída na justiça e no bem comum. Interessa-nos demonstrar que a DSI fundamenta e incentiva a Economia Solidária (ES), pois seus princípios básicos são seguidos pelos proponentes desta iniciativa.

Em 1891, frente à situação de miséria dos trabalhadores, causada pelo rápido desenvolvimento industrial, foi lançada a encíclica *Rerum Novarum*, sobre a condição dos operários. Foi o primeiro grande documento da Igreja voltado para os problemas sociais do mundo moderno, para a chamada “questão social”. Nele o papa denuncia a precária condição de vida operária, apontando o dever do Estado de garantir direitos sociais. Reivindica também a liberdade de associação em sindicatos para fazer valer “os legítimos interesses dos trabalhadores”. Confirmando a prática social dos católicos, o Papa apresenta o trabalho como “fonte de riquezas das nações”. Defende os direitos básicos dos trabalhadores: de associação, salários justo e descanso. A *Rerum Novarum* surge no clima das conseqüências da revolução industrial, em que os problemas sociais ganham particular relevância. A Igreja Católica presenciava o crescimento da desigualdade social, sobretudo nas maiores cidades que atraíam trabalhadores para viverem em vilas operárias ou cortiços, sujeitos às doenças e demais formas de degradação. Pode-se constatar que a encíclica reserva à Igreja um papel prioritário na tarefa de reorganização da sociedade.

Em 1931, publica-se *Quadragesimus Annus*, sobre a restauração e o aperfeiçoamento da ordem social. Continuando a reflexão iniciada por Leão XIII, Pio XI defende a função social da propriedade privada, a participação dos trabalhadores nos lucros e criação de organismos intermediários para a defesa dos trabalhadores.

Em 1961, publica-se a encíclica *Mater et Magistra* dedicada aos agricultores (sobre a recente evolução da questão social), comemorando os setenta anos da *Rerum Novarum*. Nela, propõe a transformação profunda no campo e diz que os pequenos agricultores serão os

protagonistas de sua própria elevação. João XXIII mostra uma clara orientação para um discurso indutivo, que busca sempre como ponto de partida os dados da realidade. Pela primeira vez a Igreja usa este método indutivo. Este método significa fazer um estudo da situação, uma apreciação da realidade à luz dos princípios, diretrizes, exame e determinação do que se pode e deve fazer para aplicar os princípios e diretrizes práticas. Abandona-se com isso, a tendência dedutiva dos documentos anteriores.

A encíclica *Pacem in Terris* (sobre a paz de todos os povos na base da verdade, justiça, caridade e liberdade), em 1963, e a Constituição Pastoral do Concílio Vaticano II, *Gaudium et Spes* (sobre a Igreja no Mundo Hoje), aprovada em 1965, retomam os ensinamentos da solidariedade, partilha e associação no campo econômico e social. A coluna vertebral da *Pacem in Terris* é a afirmação da dignidade humana e o respeito aos direitos humanos.

O Concílio Vaticano II é o grande inspirador da idéia de Igreja Povo Deus, instrumento do Reino, sintonizada com os sinais dos tempos, à serviço da vida e da esperança da humanidade. Assim inicia o documento sobre a Igreja no mundo:

as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos homens e mulheres de hoje, sobretudo dos pobres e de todos aqueles e aquelas que sofrem, são também as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos discípulos e discípulas de Cristo. (*GAUDIUM ET SPES*, 1)

Trata-se de uma significativa resposta da Igreja às expectativas do mundo contemporâneo. Abrem-se novos caminhos e novos enfoques para o ensino social da Igreja. Esta, por fim, resolve acertar os passos com o ritmo do mundo contemporâneo. Reconhecem-se os avanços e benefícios dos “tempos modernos”, ao mesmo tempo em que se apontam seus estrangulamentos e incongruências.

Em 1967, publicou-se a *Populorum Progressio* (sobre o desenvolvimento dos povos). Este documento denuncia as injustiças em nível internacional e apresenta o desenvolvimento como o novo nome da paz. Porém, esse desenvolvimento precisa ser do homem todo e de todos os homens. A finalidade primária do desenvolvimento é o ‘ser’ e

não o ‘ter’. Esse é apenas necessário como meio e não pode se converter em um obstáculo à vida plena das pessoas.

O desenvolvimento integral do homem não pode realizar-se sem o desenvolvimento solidário da humanidade... devemos começar também a trabalhar juntos para construir o futuro comum da humanidade. Por isso, sugeríamos a busca de meios de organização e de cooperação, concretos e práticos, para pôr em comum os recursos disponíveis e realizar, assim, uma verdadeira comunhão entre todas as nações. (CARTA ENCÍCLICA POPULORUM PROGRESSIO, 1967, 43)

O Paulo VI, em 1971, propõe para a reflexão da Igreja as novas necessidades de um mundo em profundas transformações. A exortação apostólica *Octogesima Adveniens* (sobre as necessidades novas de um mundo em transformação) chama a atenção aos problemas ocasionados pela urbanização acelerada, procura elaborar critérios para o discernimento cristão diante das ideologias e movimentos históricos, apresentando a ação política como uma forma exigente de viver a caridade cristã.

Em 1981, noventa anos depois da “*Rerum Novarum*”, o Papa João Paulo II dedica uma encíclica ao mundo do trabalho – *Laborem Exercens* – apresenta o trabalho como chave para entender e solucionar a questão social, chamando atenção da humanidade à questão do conflito entre capital e trabalho. É precisamente a doutrina a respeito da propriedade privada.

Sob o mesmo pontificado, em 1987, veio a publicação da *Sollicitudo Rei Socialis* (sobre a solicitude social da Igreja), reafirmando o Ensino Social da Igreja como necessário para orientar a ação dos cristãos diante das injustiças. Reafirma-se o valor da solidariedade para a superação do conflito Norte-Sul, países ricos e países pobres.

Em 1991, publicação da *Centesimus Annus*, João Paulo II se mostra crítico frente ao futuro do capitalismo. Frente ao único sistema, critica seus excessos e reconhece suas vantagens. Para o Papa, a única alternativa é um sistema baseado no trabalho livre, na empresa e na participação.

Já na virada do milênio, em 2001, o mesmo Papa publicou a carta *Novo Millennio Ineunte*. Nessa carta, ele reafirma o modelo de uma

Igreja aberta ao diálogo com o mundo moderno, companheira de caminhada deste, como semente do Reino de Deus, que é justamente o modelo eclesial proposto pelo Concílio Vaticano II. O papa fala da necessidade que a Igreja tem de não esquecer os pobres, reafirmando a opção preferencial pelos pobres. João Paulo II critica explicitamente as contradições originadas pelo sistema econômico vigente. Assim ele se expressa:

o nosso mundo começa o novo milênio, carregado com as contradições dum crescimento econômico, cultural e tecnológico que oferece a poucos afortunados grandes possibilidades e deixa milhões e milhões de pessoas não só à margem do progresso, mas a braços com condições de vida muito inferiores ao mínimo que é devido à dignidade humana. (JOÃO PAULO II, 2001)

Em 2006, o Papa Bento XVI, publicou sua 1ª encíclica: *Deus Caritas Est*. Especialmente na segunda parte, quando fala sobre “Caritas: a prática do amor pela Igreja enquanto comunidade de amor”, ele expressa seu pensamento sobre as estruturas da Igreja, afirmando que estas devem estar a serviço do bem integral do ser humano.

Em 2009, o mesmo Papa escreveu a Carta Encíclica, *Caritas in Veritate*, que traz como subtítulo o *desenvolvimento humano integral na caridade e na verdade*. Representa a atualização da Doutrina Social da Igreja perante os desafios contemporâneos. O Papa enfrenta o desafio de dialogar com o mundo contemporâneo, que traz em si rápidas e profundas transformações. O aspecto da realidade que mais se ressalta na encíclica é, sem dúvida, a questão da globalização, sobretudo em seu aspecto financeiro.

Do ponto de vista social, o contexto que se pode destacar são as contradições existentes entre o amplo desenvolvimento tecnológico e a presença ainda de muitas situações de pobreza, falta de seguridade social e trabalhista, fome, etc. A encíclica aponta para essas e outras realidades. A proposta da encíclica é que o desenvolvimento verdadeiramente humano será atingido quando a caridade for iluminada pela luz da razão e da fé. Esse desenvolvimento passa pela interação ética das consciências e das inteligências: só assim é possível humanizar a globalização e tirar dela as conseqüências positivas, em termos de relacionamento, comunhão e partilha.

Este resumo mostra que na sua contínua atenção ao homem na sociedade, a Igreja acumulou um rico patrimônio doutrinal. Porém, a Doutrina Social da Igreja não é um receituário pronto e acabado, mas um conjunto de reflexões e de princípios cuja aplicação demanda análise e discernimento.

Assim, é possível fazer uma relação entre modernidade e os princípios que orientam o pensar e o agir das comunidades cristãs, nos diversos momentos e contextos da história? Nos documentos, a Igreja Católica afirma com uma força crescente a dignidade e esta deve ser fundamento para novas relações de trabalho, de desenvolvimento e de solidariedade. Estes princípios são fundamentais para a construção de novas relações sociais na sociedade moderna.

De acordo com Luchmann (2002) “enquanto membros de uma sociedade, os indivíduos compartilham tradições, internalizando valores e desenvolvendo identidades individuais e sociais”. Desenvolve-se, neste sentido, instituições responsáveis e especializadas na reprodução das culturas, tradições, identidades e solidariedades. Neste sentido, é muito pertinente mencionar que a Igreja Católica busca compreender os grandes problemas da humanidade e oferece através da DSI um conjunto de princípios de reflexão, critérios de julgamento e diretrizes de ação que ajudam para uma convivência justa da espécie humana.

Reafirma-se que a Igreja trata das questões econômicas, sociais e políticas sob o ponto de vista ético e moral, não do ponto de vista técnico ou ideológico. Tem como objetivo maior resgatar a dignidade da pessoa humana.

A DSI constitui assim, ao mesmo tempo, uma reflexão e uma proposta ética e moral para o agir cristão nas realidades socioeconômicas, políticas e culturais do nosso tempo. (CNBB, 2006, p. 14)

Desta forma, a DSI se constitui como diretrizes para a ação onde os indivíduos internalizam orientações valorativas, adquirem consciência para agir e desenvolver identidades sociais.

1.2.2 Igreja e questão social na América Latina

Na América Latina e Caribe, como se sabe, os documentos conclusivos dos encontros da Conferência Episcopal Latino-americana (CELAM) em Medellín – Colômbia (1968), em Puebla – México (1979), e em Santo Domingo – República Dominicana (1992) e agora recentemente Aparecida (2007), tiveram o mérito de traduzir para este

continente as orientações gerais da DSI, em particular do Concílio Vaticano II. Fizeram-no com grande coragem e inegável profetismo. O núcleo central das intervenções dos bispos latino-americanos é, sem dúvida, a opção pelos pobres, com vistas a fortalecer ações pastorais para a erradicação da pobreza e da violência institucionalizada no continente.

Medellín expressou o compromisso transformador das estruturas como desenvolvimento e libertação. Os textos de Medellín defendem vigorosamente a participação popular, as organizações comunitárias e toda solidariedade que procure a justiça:

a Igreja latino-americana julga dever orientar-se para a formação de comunidades nacionais, que refletem uma organização global, onde toda a população, porém, especialmente as classes populares, tenham, através de estruturas territoriais e funcionais, uma participação receptiva e ativa, criadora e decisiva, na construção de uma nova sociedade. (DOCUMENTOS DE MEDELLÍN, n. 1)

O documento final da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe, realizada em Aparecida no ano de 2007, chama atenção sobre a realidade e suas conseqüências:

a novidade dessas mudanças, diferentemente do ocorrido em outras épocas, é que elas têm alcance global que, com diferenças e matizes, afetam o mundo inteiro. Habitualmente são caracterizadas como o fenômeno da globalização. Um fator determinante dessas mudanças é a ciência e a tecnologia, com sua capacidade de manipular geneticamente a própria vida dos seres vivos [...] Essa nova escala mundial do fenômeno humano traz conseqüências em todos os campos de atividade da vida social, impactando a cultura, a economia, a política, as ciências, a educação, o esporte, as artes e também, naturalmente, a religião. Interessa-nos, como pastores da Igreja, saber como esse fenômeno afeta a vida de nossos povos e o sentido religioso e ético de nossos irmãos [...]. (CNBB, 2010a, p. 28)

Observa-se no documento de Aparecida que a Igreja preocupa-se com o contexto atual e aponta que o mesmo traz uma crise de sentidos. O texto a seguir mostra esta afirmação:

nesse novo contexto social, a realidade para o ser humano se tornou cada vez mais sem brilho e complexa. [...] É freqüente que alguns queiram olhar a realidade unilateralmente a partir da informação econômica, outros a partir da informação política ou científica, outros a partir do entretenimento ou do espetáculo. No entanto, nenhum desses critérios parciais consegue propor-nos um significado coerente para tudo o que existe. Quando as pessoas percebem essa fragmentação e limitação, costumam sentir-se frustradas, ansiosas, angustiadas. A realidade social parece muito grande para uma consciência que, levando em consideração sua falta de saber e informação, facilmente se crê insignificante, sem ingerência alguma nos acontecimentos, mesmo quando soma sua voz a outras vozes que procuram ajudar-se reciprocamente. Essa é a razão pela qual muitos estudiosos de nossa época sustentam que a realidade traz inseparavelmente uma crise do sentido. (CNBB, 2010a, p. 29)

Assim os bispos animam a organização popular. Por isso, no Brasil e em outros países latino-americanos que surgiram e proliferaram-se as células do “novo jeito de ser igreja”: as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) definidas como grupos católicos que se reúnem regularmente para discutir a bíblia, relacionando os escritos desta com os problemas sociais que vivem. Segundo Heerdt, 2001, p. 122:

[...] as Comunidades Eclesiais de Base são verdadeiras expressões de organizações autônomas, autogeridas. A ampliação da democratização em todas as esferas das relações sociais, incluindo-se a democracia no trabalho, é uma de suas bandeiras de luta.

Estes grupos foram muito importantes na difusão das idéias da Teologia da Libertação, uma corrente teórica que orientaria e animaria o engajamento político dos católicos. Essa se caracteriza como uma reflexão da fé a partir de uma realidade concreta e da prática libertadora dos cristãos. A reflexão sempre está orientada e vinculada com a busca da libertação integral de todo homem e do homem todo. Em outras palavras, é um método que tem como inspiração fundamental a fé como elemento transformador da história. A elaboração da reflexão se processa através de três mediações: sócio-analítica, hermenêutica e prática, o que, em linhas gerais, corresponde ao método ver – julgar – agir.

1.2.3 Teologia da Libertação

Trata-se da corrente teológica que engloba diversas teologias cristãs. Essa corrente ideológica tem seu início nos anos 60, quando a Juventude Universitária Católica Brasileira (JUC), formulou por primeira vez, em nome do cristianismo, uma proposta radical de transformação social. Esse movimento se estende depois a outros países do continente e encontra, a partir dos anos 70, uma expressão cultural, política e espiritual na “Teologia da Libertação”.

Alguns dos principias teólogos da Teologia da Libertação são, entre outros: Gustavo Gutiérrez Merino considerado por muitos como o fundador da Teologia da Libertação sendo o pioneiro com a sistematização desta corrente ideológica publicada no livro “*Teologia da Libertação*”, na década de 1970; Leonardo Boff: representante ilustre da Teologia da Libertação e dos maiores críticos brasileiros ao comportamento recente da Igreja Católica define a Teologia da Libertação como “aquela reflexão de fé da Igreja que tomou a sério a opção preferencial e solidária com os pobres”. (BOFF, L.; BOFF, C., 2001, p.74)

Segundo Smith (apud OLIVEIRA; ROTHMAN, 1998, p. 179), a Teologia da Libertação constitui-se em um movimento social na medida “em que não é apenas um campo de idéias ou crenças, mas uma tentativa de mobilizar atores sociais coletivos contra antagonistas para a promoção da mudança social”.

[...] viver a fé em Jesus Cristo Libertador supõe um compromisso com a libertação histórica dos/as oprimidos/as. A partir de um compromisso real

(lugar social) se procura dar relevância a todas as dimensões libertadoras presentes no ministério de Jesus Cristo. Enfatiza-se a prática libertadora do Jesus histórico, pois como Filho encarnado proclamou uma determinada mensagem e se comportou de tal forma que tinha como efeito a produção de uma alvissareira atmosfera de liberdade para todo o povo. (BOFF, 1981, p. 15)

Em uma perspectiva sociológica, Scherer-Warren (1996, p. 33) salienta que as idéias básicas em torno das quais a Teologia da Libertação se desenvolve “podem ser assim sintetizadas: parte-se do princípio de que, como a filosofia em geral, a teologia também tem uma dimensão histórica”. Valoriza-se o compromisso com a realidade histórica presente em que a Igreja exerce sua missão. Todavia, este compromisso implica uma avaliação das condições de existência da maioria populacional. Como na realidade histórica latino-americana a maioria do povo encontra-se submetido a situações de opressão, miséria, a não-cidadania, a meta fundamental desta teologia vem a ser a busca de mecanismos que possibilitem a libertação destas variadas formas de opressão. Para Scherer-Warren (1993, p. 32-33), enfim, a Teologia da Libertação:

[...] nasce e se desenvolve enquanto expressão de problemas da realidade social latino-americana, no desejo de transcendê-la através da criação de uma sociedade mais justa e igualitária. Trata-se do encaminhamento de uma nova visão para o papel da Igreja, da prática cristã e do pensar teológico, até então apoiado numa teologia feita a partir da realidade exógena européia.

Também na perspectiva da sociologia Sell afirma que a Teologia da Libertação pode ser entendida a partir das seguintes dimensões:

Como movimento intelectual, ela trouxe para a Igreja Católica uma nova proposta de metodologia teológica. Já como movimento eclesial, ela propõe uma nova forma de organização religiosa centrada na idéia de “comunidade”. E, como movimento político, a teologia da libertação propõe uma atuação explícita e direta da igreja em questões de

ordem política e social, tendo como horizonte utópico o socialismo. [...] Como movimento teórico, a Teologia da Libertação propõe um novo método para fazer teologia. De acordo com seus ideólogos, a teologia devia partir da própria realidade social para então indagar os textos bíblicos e eclesiais sobre que tipo de ação desenvolver na prática. Na linguagem de seus teóricos, portanto, trata-se de uma “teologia da práxis”. (SELL, 2004, p. 101)

Sendo assim, pressupondo-se que a Teologia da Libertação contribuiu na formação dos movimentos sociais, é salutar considerar a avaliação feita por Gohn:

[...] as novas orientações e articulações nos movimentos populares se explicam por vários fatores, mas se ficarmos no plano simbólico, do religioso, vamos ter possíveis veios explicativos, ao observarmos mudanças nas instituições religiosas que assessoram ou realizam mediações entre os movimentos sociais e os poderes públicos; ou se observarmos o próprio campo da religiosidade. [...] Ocorreram múltiplas transformações no cenário das religiões no Brasil nas últimas duas décadas. O programa das pastorais sociais, ativos desde os anos de 1970, tem retomado impulso no final desta década deste novo milênio. Após reformulações em suas ações junto as comunidades dos pobres nos anos de 1990, as atividades pastorais voltaram a priorizar nos anos 2000 os trabalhos de base no meio urbano, nas cooperativas de economia solidária, apoiando as novas articulações que os movimentos sociais têm realizado. Essas novas articulações dos movimentos sociais denotam as novas orientações dos ex-militantes das CEBs, e agora militantes de movimentos ampliados, que incluíram os temas dos direitos humanos e culturais junto com o leque das demandas dos movimentos populares (moradia, bens e equipamentos urbanos). (GOHN, 2007, p. 140-141)

Recentemente o Documento de Aparecida retoma, em linhas gerais, a tradição latino-americana da Igreja ligada à Teologia da Libertação: reafirmando o método ver – julgar – agir; confirmando a opção preferencial pelos pobres (como opção cristológica); retomando as comunidades eclesiais de base voltando a insistir nas ações em favor da promoção humana, da justiça social e da libertação integral como parte fundamental da evangelização. O texto afirma que a Igreja quer ratificar e potencializar a opção preferencial pelos pobres feita nas conferências anteriores.

Cumpre ressaltar que, além da Conferência de Aparecida renovar a opção pelos pobres, ela os reconhece como sujeitos da evangelização e da promoção humana: a autêntica solidariedade só pode ser libertadora.

Neste sentido, pode-se concluir que a Teologia da Libertação criou uma oportunidade política que facilitou a emergência dos movimentos sociais, bem como, o movimento da economia solidária no Brasil.

Sell aponta que:

[...] entre os intelectuais que acentuam especialmente os fatores positivos da influência da teologia da libertação destacam-se novamente os cientistas sociais orgânicamente ligados a este movimento, como Luís Eduardo Wanderley (1978 e 1984), Souza Lima (1979), Ivo Lesbaupin (1980), Pedro Ribeiro de Oliveira (1977) ou ainda cientistas sociais independentes como Krischke (1985), Camargo (1982) e Scherer-Warren (1993). Entre os principais argumentos daqueles que ressaltaram os aspectos positivos da atuação política da Igreja Católica está o fato de que o catolicismo contribuiu fortemente para o fortalecimento da sociedade civil nos anos 70 e 80. (SELL, 2004, p. 108-109)

Em sua análise Sell destaca a contribuição da Teologia da Libertação elencando que a mesma forneceu para as forças políticas perseguidas pelo regime militar um espaço de resistência e articulação culminado com o surgimento de vários setores organizados; contribuiu com atores que reforçaram as redes da sociedade organizada, especialmente as pastorais sociais e as CEBs e foi importante para a efetivação de uma cultura democrática.

1.3 OS GRUPOS DE GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA APOIADOS PELA IGREJA CATÓLICA

Entre os anos de 1960 e 1980, a Igreja Católica no Brasil contribuiu, com as organizações populares, através da organização que se fazia dentro das igrejas, e ao lado de fora, nas ruas – em manifestações populares de reivindicação contra a carestia e por políticas sociais. Era uma fase da história brasileira em que *“novos personagens entravam em cena”*. (SADER, 1988).

Sader (1988, p. 29) considera que nas manifestações acontecidas dia 1º de maio de 1980, em São Paulo, “apareceram sob a forma de pequenos movimentos que convergiram para a emergência de um sujeito coletivo com visibilidade pública”. A imagem viva da emergência de um sujeito coletivo, como um ato de afirmação de setores sociais até então excluídos do cenário oficial, foi logo elaborada por testemunhas, que chamaram a atenção para novos personagens que alteravam os roteiros preestabelecidos.

Nota-se um processo de formação de consciência voltada para a militância política, impulsionado pela Igreja. Como apontado anteriormente, o desenvolvimento da Teologia da Libertação na América Latina, após Concílio Vaticano II (1962-1965), atende ao chamamento para as questões sociais. Esta necessidade foi abraçada pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e pelas pastorais sociais, que tiveram papel significativo na resistência às ditaduras militares, em um contexto em que a Igreja representava quase o único abrigo possível aos militantes esquerdistas. Assim, o catolicismo foi o berço de várias lideranças de sindicatos, movimentos sociais e partidos políticos.

Mesmo com o inegável refluxo da Teologia da Libertação e das CEBs, ainda muitos militantes dessa perspectiva eclesiológica ainda resistem:

da Igreja Católica, sofrendo a perda de influência junto ao povo, surgem as comunidades de base. De grupos de esquerda desarticulados por uma derrota política, surge uma busca de “novas formas de integração com os trabalhadores”. Da estrutura sindical esvaziada por falta de função, surge um “novo sindicalismo”. A matriz discursiva da teologia da libertação, que emerge nas comunidades da Igreja, tem raízes mais fundas na cultura popular e apóia-se numa organização

bem implantada. Beneficia-se do “reconhecimento imediato” estabelecido através da religiosidade popular. (SADER, 1988, p. 144)

Adaptando-se às novas circunstâncias, a Igreja no Brasil, de alguma forma, ainda forma ativistas e procura intervir nos rumos políticos da sociedade brasileira. Vários empreendimentos solidários atuais formaram-se com o apoio direto ou sob a influência das pastorais sociais e organismos católicos, principalmente a Cáritas Brasileira. Teria a economia solidária sofrido influência disso? O que a Igreja tem em comum com a economia solidária?

Scherer-Warren (1993, p. 121) sugere que “as redes de movimentos que vêm se formando no Brasil apresentam, entre outras características, a atuação nos campos cultural e político”. Destaca que se os movimentos sociais da década de 70 e início dos anos 80 tiveram sua relevância na constituição de novos atores sociais e na redefinição dos espaços de cidadania (social e política), as redes de movimentos tendem a atuar no sentido de formação de novos sistemas de valores, sobretudo em relação ao binômio liberdade (e democracia) e sobrevivência (com direito a uma vida digna e ecologicamente saudável). Esta dimensão ética expressa-se através do apelo a uma sensibilidade coletiva (em nome da paz, da democracia e da vida e contra a fome, a miséria, a discriminação, etc) e por uma responsabilidade pessoal em relação ao futuro coletivo. No contexto atual do capitalismo, a Doutrina Social da Igreja situa as práticas solidárias ligadas ao mundo da geração de trabalho e renda não apenas como um setor da economia, mas como uma estratégia que convoca o conjunto da economia a praticar a solidariedade, assumindo como desafio a economia local, nacional e global.

Nos anos de 1980, surgiram grupos comunitários de produção coletiva, vinculados à Igreja Católica, em diferentes regiões do país. Esses grupos nasceram no seio das pastorais sociais e das CEBs, em periferias das grandes cidades e também no meio rural. Organizados, sobretudo, pela Cáritas Brasileira, eles foram batizados de PACs – Projetos Alternativos Comunitários. Os PACs compõem a chamada “economia popular solidária”. O Rio Grande do Sul se destaca em relação aos demais estados, em termos de proliferação dessas unidades produtivas. E foi no interior, na cidade de Santa Maria, com cerca de 250 mil habitantes, que esses grupos foram articulados com maior vigor

e se desenvolveram numa rede de ajuda mútua denominada Projeto Esperança. (SOUZA, 2006, p. 42)

O crescimento das práticas de economia solidária intensificou-se na década de 90. Isto se deu pela colaboração em rede entre as organizações envolvidas. A Igreja é uma das organizações considerada como “matriz” dos primeiros grupos/empreendimentos de economia solidária. Baseados nos valores de ajuda mútua, responsabilidade, democracia, igualdade, equidade, solidariedade e transparência foram organizados grupos de geração de trabalho e renda com o objetivo de gerar renda aos desempregados, mas acima de tudo estabelecer novas formas de relação entre as pessoas, e destas com o mundo que as cerca.

O surgimento da economia solidária no Brasil deve-se a junção de dois movimentos específicos. De um lado, o movimento da enorme massa de desempregados. De outro, o movimento composto por militantes sociais críticos e engajados na construção de alternativas de organização social.

Destacam-se como apoiadores, órgãos ligados à Igreja, como a Cáritas e a FASE (Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional), os movimentos pela reforma agrária, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), as agências formadas pelo movimento sindical urbano, como a Associação nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e participação Acionária (ANTEAG), além de universidades que se integram desde 1995 em uma rede própria denominada Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP). (RONCONI, 2008, p. 41)

Gohn realizou um trabalho de mapeamento das formas de demandas e lutas da sociedade brasileira, organizadas em movimentos sociais ou redes de mobilizações e associações civis na atualidade. Ela considera que:

[...] há um novo associativismo, localizado prioritariamente no urbano, e ele é novo na forma de se organizar, nas demandas e nas práticas desenvolvidas. É ativo e propositivo, não se limita

às camadas populares, atua em rede e se articula com uma nova esfera pública – que cria espaço de interlocução, debates, proposições. Esse associativismo é herdeiro da trajetória de inúmeros sujeitos sociopolíticos na sociedade brasileira, representados por movimentos sociais, ONGs, associações de moradores, CEBs e outras entidades. A herança da militância em movimentos sociais nos anos de 1970 e 1980 deixou marcas diferenciadas. A influência das práticas da ala progressistas da Igreja cristã junto à organização popular fez do tema da autonomia um recurso estratégico, utilizado de diferentes formas pelos movimentos. Abre-se com isto a possibilidade para uma participação com controle social mais efetivo, menos cooptada e menos caudatária às redes do clientelismo. (GOHN, 2010, p. 171)

A Igreja Católica, conforme verifica-se em seus documentos, busca estar atenta aos problemas da sociedade. Percebe-se que no Brasil a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) apóia e acompanha projetos de economia popular solidária através das pastorais e organismos, tais como Pastoral Operária, Pastoral da Criança, Cáritas Brasileira, Mutirão para a Superação da Miséria e da Fome a Campanha da Fraternidade (CF)⁴, entre outras.

Desde 1962 a CNBB realiza no período da Quaresma- entre o carnaval e a Páscoa – uma Campanha da Fraternidade, com a finalidade de promover a fraternidade cristã mediante a colaboração com os mais necessitados, em que temas diversos (saúde, paz, moradia, desemprego etc.) são especialmente expostos, refletidos e debatidos com a sociedade abrangente. Além de atividades pastorais e litúrgicas, faz-se um apelo por arrecadação de recursos destinados, sobretudo às vítimas do problema em questão e também a outros segmentos populacionais carentes que a igreja alcança. A CF procura mobilizar para a conversão através da reflexão, da oração e da ação dos fiéis. Busca instituir um momento de conversão, de prática de gestos concretos de fraternidade,

⁴ A Campanha da Fraternidade foi criada em 1961. É uma campanha realizada anualmente pela Igreja Católica no Brasil, sempre no período da quaresma, e é coordenada pela CNBB. Seu objetivo é despertar a solidariedade dos seus fiéis e da sociedade em relação a um problema concreto que envolve a sociedade brasileira.

do exercício de uma verdadeira ação pastoral de conjunto. Assim a CF tornou-se especial manifestação de evangelização libertadora, provocando, ao mesmo tempo, a renovação da vida da Igreja e a transformação da sociedade.

Em 2010, a CF trouxe como tema “Economia e Vida” e o lema “Vocês não podem servir a Deus e ao dinheiro” (Mt 6,24). O objetivo desta campanha é denunciar os equívocos do modelo capitalista, que tem na exploração e no lucro o seu principal vetor, favorecendo a poucos e gerando desigualdade, miséria... A CF de 2010 busca colaborar na promoção humana de uma economia a serviço da vida, fundamentada no ideal da cultura da paz, promovendo a justiça social, consciência ambiental, sustentabilidade, empenho na superação da miséria e da fome. Assim, a CF aponta alternativas ao modelo vigente.

Entre os organismos da Igreja Católica que atuam com projetos de economia solidária, a Cáritas Brasileira tem destaque. É uma instituição que tem uma longa história de mais de 25 anos de apoio a projetos de geração de trabalho e renda. Alguns grupos denominados de Projetos Alternativos Comunitários (PACs), esses “empreendimentos solidários” começaram a se formar no início da década de 80 e se espalharam por mais de duas dezenas de estados do país.

Os grupos são formados por agricultores familiares, pequenos proprietários, agregados, arrendatários, meeiros, sem-terra e assentados, todos com prática de agricultura de subsistência e de pequena criação de animais, e que muitas vezes não são atendidos por programas governamentais. Nas cidades, há uma gama de atividades, em que prevalece o trabalho artesanal, sobretudo com tecidos. (BERTUCCI; ALVES & SILVA, 2003, p. 44)

Desta forma, pode-se dizer que a Igreja Católica, especificamente, a partir do final da década de 80 e início da década de 90, desempenhou um papel fundamental no impulso da economia solidária no Brasil cujos princípios são cooperação, auto-gestão, solidariedade e viabilidade econômica. Nas três últimas décadas tem havido um processo de intensificação da economia solidária; onde procura-se atuar de formas diferenciada, através de práticas solidárias.

Pautada no desenvolvimento sustentável e socialmente justo, a economia solidária volta-se para o cidadão capaz de satisfazer as

necessidades básicas de cada um e inserir-se no mercado da produção e comercialização. Deste modo proporciona: democratização da gestão do trabalho; valorização de relações de cooperação e solidariedade; distribuição de renda e fortalecimento do desenvolvimento local sustentável, provando que é possível viver bem numa sociedade organizada e voltada para os valores da solidariedade humana e cristã.

Ronconi (2008, p. 34) aponta que:

as organizações de economia solidária podem ser um espaço de inclusão e de resistência para uma parcela da população excluída do mercado de trabalho. Trata-se não apenas de uma alternativa econômica diante da crise do trabalho, mas de uma alternativa social no que se refere às múltiplas dimensões da vida (valores, cultura, sociabilidade e comunicação, entre outras).

No documento aprovado por ocasião de sua 43ª. Assembléia Geral, acontecida em 2005, a CNBB reflete sobre a importância de novas formas de trabalho e manifesta o incentivo às iniciativas de projetos de economia solidária. Conclama também a sociedade civil para que exija do estado a promoção dessas iniciativas que combatem a exclusão:

a criação de novas formas de trabalho é prioritária na luta contra a exclusão. Existem múltiplas experiências de trabalho comunitário no âmbito de uma economia justa e solidária: cooperativas, oficinas, lojas e empresas comunitárias etc. A finalidade do trabalho comunitário não é o lucro, mas a satisfação das necessidades básicas da maioria da população. A produção se baseia na colaboração e solidariedade entre os trabalhadores. A sociedade civil deve exigir que o Estado ajude na promoção dessas novas formas de trabalho”. (grifos do original). (CNBB, 2005, p. 45)

Gohn (2010, p. 139) chama atenção que é importante considerarmos “a presença de ações coletivas das igrejas junto aos movimentos populares, especialmente a católica nos anos 70/80, inspirados na Teologia da Libertação”. As novas orientações dos

cristãos levaram, nos anos de 1990, no Brasil, ao apoio para a criação Central dos Movimentos Populares (1993), e ao lançamento do Movimento da Consulta Popular (1997), assim como a reativação de manifestações públicas como a marcha do Grito dos Excluídos, organizada desde 1995. Foram grandes mobilizações populares que contaram com o apoio dos setores progressistas da Igreja Católica no Brasil.

Entre os grupos da sociedade civil apoiados pela Igreja Católica merece especial atenção, devido à sua grande articulação nacional e até internacional, os grupos de geração de trabalho e renda denominados de grupos de Economia Popular Solidária. Experiências associadas à Teologia da Libertação, as CEB's foram importantes na constituição de grupos comunitários. É o que indica Sell:

do ponto de vista externo, diversos autores (KRISCHKE, 1985 e MACEDO, 1986) mostraram que a ideologia radicalmente democrática das CEBs foi fundamental para que seus membros participassem das organizações comunitárias (associações de moradores, sindicatos, etc.), tornando-se assim uma das principais agências de formação de “militantes” para os movimentos sociais e os partidos políticos, principalmente no decorrer dos anos 70 e 80. [...] ajudaram a preparar o terreno para a idéia de formar grupos de leigos que conciliavam sua vida religiosa com a prática social. (SELL, 2004, p. 107)

Como podemos perceber esta teologia dá grande ênfase à situação social humana. Porém nos últimos tempos, percebe-se que esta teologia perdeu parte de sua combatividade política e social. Muitas questões têm sido levantadas a respeito da Teologia da Libertação como aponta Souza:

ainda que algumas idéias básicas da Teologia da Libertação tenham sido estruturalmente incorporadas pela igreja e que se evidenciam, sobretudo nas ações das pastorais sociais, a instituição como um todo entrou numa fase considerada mais conservadora, do ponto de vista moral e, sobretudo político. O avanço das igrejas

pentecostais e o conseqüente crescimento dos movimentos católico em sua resposta, tais como a Renovação Carismática Católica, inegavelmente abafaram a Teologia da Libertação, provocando na igreja uma atenção maior para suas questões internas, numa afirmação da identidade católica face à concorrência das outras denominações religiosas. (SOUZA, 2006, p. 75)

A intenção neste trabalho não é fazer um exame ou um julgamento, uma crítica desta Teologia. A questão que se coloca é o que a Teologia da Libertação teria deixado como legado.

Reconhecendo que a partir da metade da década de 80 esta teologia tem um decréscimo é preciso também reconhecer que apesar disso ainda permanece atuante, embora de maneira menos perceptível. Em nível de sociedade, especialmente de Brasil, a teologia da libertação sinaliza forte presença por meio dos muitos movimentos sociais que nasceram sob sua influência.

É preciso também reconhecer que vários movimentos sociais que tiveram no seu berço a presença da Igreja da libertação ainda permanecem atuantes. É certo também que vários grupos estão recebendo novo impulso e apoio explícito da Igreja Católica como é o caso dos MPAS.

Nesta pesquisa, pretende-se investigar e analisar os impactos da influencia de elementos da Teologia da Libertação para a constituição dos MPAS e sua articulação com a economia solidária. Pretende-se compreender se a Igreja foi fermento que gerou organizações com um novo modo de ser e de viver onde as pessoas assumem o compromisso da união entre fé e vida. Onde buscam uma sociedade mais justa e igualitária.

Desta forma, evidencia-se o trabalho da Cáritas Brasileira e outras iniciativas na perspectiva de verificar se as mesmas contribuem para a mobilização e construção de uma consciência libertadora e transformadora da realidade. Este é o tema do terceiro capítulo. O próximo capítulo apresenta um breve estudo sobre a economia solidária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Outro mundo é possível, outra economia acontece”. Esta frase, enraizada nas iniciativas de economia solidária pelos quatro cantos deste país, foi a motivação central para a realização desta pesquisa que objetivou analisar e investigar as relações materiais e simbólicas da igreja católica com os Mini-Projetos Alternativos e a economia solidária na diocese de Chapecó, período de 1989-2005.

Pode-se afirmar que, de maneira geral, a Igreja Católica procura acompanhar as inovações dos tempos. Sempre esteve atenta aos problemas que afetam a humanidade. Mesmo sem todo o poder de influência cultural desejado, a Igreja Católica é uma instituição ainda razoavelmente ouvida e respeitada, sobretudo no que se referem as suas ações de caráter social. É inegável que a Teologia da Libertação que teve seu processo de refluxo intensificado na década de 90, deixou marcas significativas no catolicismo brasileiro. A Igreja vem, nos últimos tempos, intensificando algumas ações como o Grito dos Excluídos, as Semanas Sociais Brasileiras, entre outras, e colocando-se ao lado de outros atores sociais (universidades, sindicatos, organizações não-governamentais e órgãos de governo) na intensa tarefa de construção de uma sociedade mais justa e solidária.

Destaca-se, neste cenário de atuação, o trabalho de organização e apoio aos trabalhadores interessados em constituir empreendimentos de economia solidária. Isso fica evidente nas ações das pastorais sociais, sobretudo na Campanha da Fraternidade deste ano que tem como tema “economia e vida”. Nela, a questão econômica recebe atenção especial, transformando-se em alvo de discussões buscando mudanças na economia. Esta campanha tem como objetivo colaborar na promoção de uma economia a serviço da vida, fundamentada no ideal da cultura da paz, a partir do esforço conjunto das Igrejas Cristãs e de pessoas de boa vontade, para que todos contribuam na construção do bem comum em vista de uma sociedade sem exclusão. (CONIC, 2009, p. 17)

Diante deste quadro, a intenção desta pesquisa foi de analisar e investigar as relações materiais e simbólicas da Igreja Católica com os MPAS e a economia solidária na diocese de Chapecó. Como ponto de partida, adotamos a teoria sociológica habermasiana, buscando mostrar que o trabalho do catolicismo da libertação possui uma dimensão instrumental (aportes financeiros e organizacionais) e, acima de tudo, uma dimensão comunicativa, qual seja, envolvendo fatores de ordem simbólica e motivacional.

Estas inquietações nos levaram a pensar os MPAS como possibilidades da racionalidade comunicativa. A Igreja Católica, através de seu corpo doutrinal – a DSI – e sua atuação estaria fornecendo subsídios para uma nova racionalidade? Esta idéia não pretende se constituir em uma aplicação mecânica desta teoria de Habermas e sim buscar subsídios para analisar as experiências pesquisadas, sobretudo as que receberam apoio da Igreja Católica, na perspectiva de construção de uma nova racionalidade.

Lisboa (1998, p. 29-30) aponta que:

quando se reconhece e se valoriza o potencial das pequenas organizações populares, da participação comunitária, do desenvolvimento local, dos laços solidários, em estilo de desenvolvimento centrado na qualidade de vida das pessoas, na ética, no equilíbrio ambiental, quando se valoriza a dimensão cultural do desenvolvimento, se parte das tradições, reconhece-se, sim, outra racionalidade.

Esses empreendimentos ao serem compreendidos como uma experiência democrática que exige uma nova ética frente ao trabalho, ao ambiente e aos trabalhadores. Esta afirmação nos leva a acreditar em possibilidades de mudança, onde é possível tentar abrir espaços para a emergência de uma nova racionalidade, que favoreça a reconstrução da sociedade pautada em valores éticos (solidariedade, verdade, honestidade...) e políticos (justiça, igualdade, cidadania...). Esse processo pode ser viável através do desenvolvimento de uma ética de responsabilidade social, de uma ética regida por estes valores. Valores como a autogestão, cooperação, democracia, solidariedade, respeito à natureza e valorização e promoção da dignidade do trabalho humano estão presentes na maioria das experiências de economia solidária e, sobretudo nos MPAS.

Isso não significa dizer que vamos viver em mundo cor-de-rosa. Que tudo acontece como em um passe de mágica. Que não haverá mais problemas. Significa dizer que é preciso pensar uma vivência, já experimentada nos empreendimentos, com base na cooperação e não na competição que gera exclusão; na vivência da autogestão onde as decisões são tomadas de forma coletiva e participativa criando possibilidades de vida a todos, incluindo as gerações futuras.

De acordo com o enfoque teórico da possibilidade da racionalidade comunicativa de Jürgen Habermas, os dados coletados

deixam em evidência que as experiências apoiadas pela Igreja Católica chamadas de MPAS apresentam uma possibilidade de uma racionalidade comunicativa, pois são iniciativas, que se pretendem ser distintas propondo-se, ainda que seja em pequena escala, uma sociedade melhor, mais justa e solidária. Constata-se a intenção de uma nova forma de convivência fundamentada nos valores simbólicos que são expressos através da prática da solidariedade, na cooperação, auto-gestão, respeito à natureza, promoção da dignidade e valorização do trabalho humano. Estas experiências vêm desenvolvendo a racionalidade comunicativa, na medida em que vem desenvolvendo novas formas de sociabilidade e de convivência no cotidiano, implicando no desenvolvimento de valores humanos, tais como a cooperação, a solidariedade, o comunitarismo, o exercício da democracia nas relações grupais cotidianas, etc.

A racionalidade comunicativa, segundo Habermas (2007)

é a capacidade dos sujeitos interagirem em grupo, mediando seus interesses como iguais, coordenando suas ações através do diálogo sincero, deixando predominar o interesse objetivo do grupo. Sustenta que os seres humanos continuam a necessitar do entendimento mútuo e a manter uns com os outros certa relação dialógica.

Nesse sentido, o estudo pode demonstrar que existe, por parte da Igreja Católica, uma opção de estar presente nas comunidades atuando como motivadora de novas práticas sociais. Os dados apontam que a Igreja é uma das entidades motivadora da formação dos empreendimentos e, sobretudo, é reconhecida por suas ações. Pode-se verificar que os atores envolvidos nos projetos articulam fé e vida. A presença dos simbolismos religiosos é considerada pelos mesmos como fundamentais na formação e na constituição dos empreendimentos. Assim, no que diz respeito ao pertencimento religioso parece ser de extrema relevância para a construção de novas relações sociais nestes empreendimentos.

A pesquisa documental e as entrevistas realizadas constataram que o apoio financeiro foi o impulso inicial destas da maioria das experiências. A Igreja foi a motivadora e a entidade que deu suporte para que as idéias pudessem ser viabilizadas. O recurso financeiro proporcionou a emancipação dos sujeitos. Esta emancipação gerou autoconfiança nos mesmos, liberando potencialidades e encorajando-os

a tomar iniciativas. Destaca-se ainda a forte presença da Igreja nas questões essenciais para formação e manutenção destes empreendimentos. A pesquisa revelou também estas experiências dos MPAS vem se constituindo em oportunidades valiosas de vivências comunitárias. A partir do trabalho coletivo estas experiências foram se articular com outras, através dos encontros, reuniões, visitas e outras oportunidades de integração, buscando a integração na vida comunitária das localidades formando redes horizontais baseadas na troca de informações e na busca de ações conjuntas. Assim, aos poucos, desenvolvem novas práticas de parcerias e de exercícios para construção da cidadania. Fortalecem uma racionalidade econômica baseada em valores como a solidariedade, cooperação, justiça, igualdade, entre outros.

O estudo identificou que a solidariedade é o elemento que mais aparece nos depoimentos. São espaços que implicam relações e valores solidários, não como algo acessório ou secundário, mas como algo inerente ao modo como se busca enfrentar os problemas e satisfazer as necessidades. São grupos que pretendem ser participativos, democráticos, auto-gestionários e autônomos. Pensadas no âmbito de uma nova racionalidade, que implica em uma nova prática social pressupõe que estas iniciativas indicam esta possibilidade pois carregam os valores da cooperação, companheirismo, coletividade, colaboração, coordenação, e comunidade, valores que caracterizam uma ação conjunta e solidária. O estudo revela que o trabalho da Igreja, com ênfase na construção de relações solidárias, tem levado as pessoas a perceberem que a solidariedade é um elemento transformador da sociedade.

Uma questão fundamental que o estudo apontou se refere à questão da espiritualidade. Esta dimensão é presente e compreendida como uma energia interior de amor e que é vivida e praticada socialmente. O cultivo da reflexão, do estudo, do diálogo presente na vida de cada integrante do grupo resulta em uma ação articulada para o bem de todos. A Teologia da Libertação, forte marca da atuação da Igreja Diocesana, contribuiu por uma espiritualidade enraizada na vida do povo e dos grupos de MPAS. Suas práticas revelam que buscam garantir que toda a sociedade viva uma transformação cultural a partir de uma concepção de justiça e paz. E apontam que esta vivência só pode acontecer através de uma estrutura social e econômica que permita esta mudança. Assim, a raiz desta mudança só pode ser cultivada e desenvolvida através de um caminho de espiritualidade.

O estudo demonstrou, ainda, a presença da dimensão da esperança, do sonho. Os relatos dos grupos apoiados pela Igreja apontam a esperança como elemento fundamental para ver concretizado os seus sonhos. Identificam a esperança como uma força que alimenta a ação dos que pertencem os empreendimentos. Muitos grupos responderam que se formaram e que atuam em conjunto, pois enxergam no grupo possibilidades reais de demonstrar que são capazes. “*Somos sujeitos, temos capacidades, partilhamos os resultados e temos esperança de construir outras relações de trabalho*”. Assim, a Igreja, pode ser compreendida como um ator importante que incentiva as pessoas a acreditar que elas podem transformar suas vidas, encontrar novas saídas e concretizar seus ideais. É lógico que esta dimensão precisa ser vista também pelo lado da técnica que exige uma atuação concreta levando em consideração a realidade do entorno destes grupos. A dimensão do sonho, da esperança deve ser vista como indica Heerd (2008, p. 176), “com os pés no chão”. Porém, é preciso acreditar que elas possam oferecer uma resposta concreta de transformação da realidade.

Conforme as entrevistas e a análise documental os dados indicam que existe uma estrutura de oportunidade e condições favoráveis que permitem o surgimento e difusão da idéia e práticas de outro modo de ser e viver. Por sua vez, a Igreja católica contribuiu e continua atuando para a emergência e consolidação destas possibilidades. No entanto, sabe-se que as dificuldades encontradas e enfrentadas diariamente são as mais diversas e que não se pode fugir da lógica da sociedade onde predomina a lógica do mercado, da produção para geração de lucro.

Por fim, fica a intenção de que as informações coletadas, analisadas e apresentadas nesta dissertação não sejam vistas como acabadas. Naturalmente percebe-se que não é possível tratar e esgotar um assunto tão complexo somente neste trabalho. É importante ressaltar que este trabalho, ao apresentar a complexidade que envolve as temáticas Igreja e economia solidária, apresenta questões que, longe de terem sido esgotadas, merecem aprofundamento e o olhar atento de outros pesquisadores que possam se voltar para o estudo e aprofundamento deste tema. Um maior aprofundamento teórico e outras pesquisas precisam ser feitas.

É inegável que a consciência da necessidade da construção de outra sociedade está se germinando. Fica o indicativo de que no mesmo momento em que presenciamos falas de crise, enfraquecimento e retrocesso da Igreja Católica assistimos também a um reavivamento,

embora que em alguns setores, mostrando que a Igreja Católica continua atuando para a construção e consolidação de uma sociedade mais democrática e justa.